

ESTRATÉGIA, INFORMAÇÃO E DEFESA NACIONAL

ENTREVISTADO ALMIRANTE MARIO CESAR FLORES A
EUGENIO DINIZ

RESUMO

O almirante Mario Cesar Flores é ministro-chefe da Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE) da Presidência da República — sucessora do extinto Serviço Nacional de Informações e da Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional — e ex-ministro da Marinha (governo Collor). Nesta entrevista ele fala sobre as atribuições e a organização da SAE, alguns programas desenvolvidos pelas Forças Armadas brasileiras e os problemas de defesa do Brasil.

Palavras-chave: Forças Armadas; defesa nacional; serviços de informação.

SUMMARY

Admiral Mario Cesar Flores is chief-minister of the Office of Strategic Affairs (SAE) of the Presidency — which succeeded the National Intelligence Service and the General Secretariat of the National Security Council — and ex-Navy Minister (Collor administration). In this interview, he discusses the responsibilities and the organization of the SAE, some of the programs developed by the Brazilian Armed Forces and the problems related to Brazil's defense.

Keywords: Armed Forces; national defense; intelligence services.

Apresentamos, a seguir, uma entrevista com o almirante Mario Cesar Flores, ministro-chefe da Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE) da Presidência da República e ex-ministro da Marinha (governo Collor). Realizada no dia 21 deste ano, ela tinha o objetivo de discutir a organização da SAE e algumas questões relativas aos programas das Forças Armadas e aos problemas de defesa do Brasil.

A aproximação das eleições gerais de 1994 repôs na agenda política a discussão sobre as Forças Armadas no Brasil hoje, de uma perspectiva diferente da abordada na eleição presidencial de 1989. Na eleição anterior, a primeira após o regime militar, as grandes discussões concernentes às Forças Armadas no Brasil eram: como estabelecer o controle civil sobre elas? Como assegurar a adesão dos militares às regras do regime democrático? Graças ao amadurecimento político demonstrado pela sociedade brasileira e à solidez de suas instituições democráticas, que tiveram como

prova de fogo o impeachment do presidente Fernando Collor de Mello, processo em que em nenhum momento a democracia se viu ameaçada, apesar de sua juventude, essas questões foram perdendo importância. Nesse ínterim, dois fenômenos da maior relevância lançaram novos problemas às Forças Armadas dos países pobres, ambos com cenas espetaculares que repercutiram intensamente na mídia e na opinião pública mundial: o fim da Guerra Fria, que acarretou uma diminuição da tensão generalizada nas relações internacionais que marcou todo o período posterior à II Guerra Mundial; e a Guerra contra o Iraque. Esta manifestou de forma dramática a enorme superioridade do poderio bélico norte-americano com relação aos demais países, mas suas consequências políticas mais importantes não eram tão televisivas e não foram objeto de tantos comentários fora do âmbito da imprensa especializada. A Guerra contra o Iraque trouxe grande preocupação nos círculos decisórios dos países desenvolvidos em razão do potencial destabilizador demonstrado por um país do Terceiro Mundo. Encaixando-se como uma luva no vácuo político e estratégico trazido pelo colapso da União Soviética, essa preocupação traduziu-se numa profunda desconfiança com relação às Forças Armadas dos países de menor projeção na cena internacional. Isso levou a uma reorientação do aparato militar das grandes potências, visando a fazer face a essas novas possíveis ameaças, e a uma ação política de maior envergadura intencionando compatibilizar as funções dos militares do Terceiro Mundo com os objetivos dos países desenvolvidos, principalmente os EUA (tráfico de drogas etc.), e no limite questionando a própria existência das Forças Armadas em uma série de países. Resta ver ainda como repercutirão nesse quadro o fracasso na Somália e os impasses nos Bálcãs, mas tudo aponta para uma radicalização dessa tendência.

É nessa encruzilhada que se encontram as Forças Armadas brasileiras hoje. Vistos com desconfiança por parte significativa da população em razão da lembrança do passado recente, submetidos a intensa pressão internacional e sem uma ameaça concreta (pelo menos do tipo da que enfrentam, por exemplo, o Paquistão com relação à Índia ou a Coreia do Sul com relação à Coreia do Norte) que justifique sua existência num país premido por toda sorte de necessidades na esfera social e sem qualquer tradição intelectual entre os civis quanto às reflexões sobre os problemas de defesa, os militares brasileiros se encontram praticamente isolados na tarefa de redefinir seu papel e reaparelharem-se para fazer face às novas realidades internacionais. Até agora, nenhum dos principais candidatos a presidente manifestou-se publicamente sobre esses problemas, à exceção do candidato do PT, cujo programa provisório, ainda em discussão, dedica ao tema um capítulo. Ao realizar a presente entrevista, o Cebrap pretendeu contribuir para preencher esta lacuna.

Por que entrevistar especificamente o almirante Flores? Em primeiro lugar porque, sendo um dos quadros intelectualmente mais bem preparados das Forças Armadas brasileiras, ele lançou-se de maneira decidida e desabrida ao debate com a sociedade brasileira quanto ao papel destinado

aos militares no futuro próximo¹. Em segundo lugar, por ter sido ministro da Marinha e ocupar hoje a chefia da Secretaria de Assuntos Estratégicos, o almirante Flores está suficientemente informado sobre os programas mais polêmicos que envolvem hoje as Forças Armadas no Brasil, a saber, o programa do submarino nuclear e o projeto Calha Norte. Em terceiro lugar, a Secretaria de Assuntos Estratégicos é uma das agências governamentais menos conhecidas do público hoje, em que pese sua importância política, por ser sucessora dos também pouco conhecidos Serviço Nacional de Informações e Secretaria-Geral do Conselho de Segurança Nacional, hoje reunidos na sua pasta. Pelas mesmas razões, e em virtude da escassez de tempo e da multiplicidade de assuntos, temas importantes foram excluídos, tais como o Programa do avião AMX, o Projeto Sivam (Sistema de Vigilância Aérea da Amazônia, que, não obstante, é mencionado na entrevista por iniciativa do almirante), o Programa do Veículo Lançador de Satélites ou ainda o futuro da indústria brasileira de material bélico, por demais distantes da alçada da Marinha ou das atribuições da SAE. O tempo não permitiu explorar adequadamente o tema da mudanças organizacionais nas Forças Armadas brasileiras, deixados deliberadamente para o fim em razão de que o almirante já discorreu sobre o assunto em suas publicações mais recentes².

A preparação da presente entrevista contou com a inestimável colaboração do prof. Domício Proença Jr., do Grupo de Estudos Estratégicos da COPPE-UFRJ, a quem agradeço. As notas são da edição. (Eugenio Diniz)



Almirante, na sua avaliação qual é atualmente o papel das Forças Armadas, no mundo em geral e no Brasil especificamente?

Para as várias grandes potências, as Forças Armadas têm hoje um papel mais de polícia do mundo do que propriamente de defesa nacional. Esse papel é particularmente verdadeiro para os Estados Unidos, que são a maior potência estratégica. Mas, nas várias regiões do mundo, ele também é verdadeiro para as potências hegemônicas dessas regiões. A Rússia, por exemplo, continua sendo uma potência hegemônica nas suas vizinhanças e ali ela exerce o papel de polícia que os Estados Unidos exercem em escala mundial. Nos países muitos pequenos, estrategicamente pouco ou nada ponderáveis, as Forças Armadas exercem um papel próximo ao dos sistemas policiais. Inserem-se aí alguns assuntos pouco militares, como o combate ao narcotráfico, a implementação da lei etc. Quanto às potências médias, o problema é mais complexo, pois esses países não têm condições de exercer uma estratégia autônoma, longe de suas fronteiras, mas não podem prescindir de exercê-la no seu território e proximidades. O que eu quero dizer com isso? Esses países têm de manter alguma capacidade de defesa nacional, e não apenas de implementação da lei, embora também essa

(1) Ver, por exemplo: Flores, Mario Cesar. *Bases para uma política militar*. Campinas: Ed. da Unicamp, 1992; idem. "Palavras finais: o réquiem profissional de um almirante". *Revista Marítima Brasileira*, 3^o trimestre, 1993, pp. 21-30; idem. "O papel da coerção militar nas próximas décadas". *Política Externa*, 2 (2), 1993, pp. 59-67.

(2) Ver nota 1.

tarefa possa ser incluída. Precisamos de Forças Armadas que tenham alguma capacidade defensiva, de modo a se constituírem em fator de *dissuasão de aventuras*. As aventuras são improváveis no mundo atual, mas não impossíveis. E se você tiver alguma capacidade defensiva, essa improbabilidade é maior. Precisamos, portanto, de Forças Armadas com valor dissuasório no nosso território e nas proximidades e, complementarmente, com alguma capacidade de apoiar a implementação da lei e da ordem no país. É possível que daqui a vinte anos o mundo tenha mudado tanto que o que digo hoje então não tenha o mesmo valor, mas é isto que vejo como conveniente agora.

Como a Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (SAE) se insere no conjunto das organizações voltadas para a defesa do Brasil?

A Secretaria de Assuntos Estratégicos é sucessora da Secretaria do Conselho de Segurança Nacional³. As atividades rotineiras do Conselho de Defesa Nacional são hoje conduzidas pela SAE. Vamos dar um exemplo: o controle da utilização da faixa de fronteiras. Isso era uma atribuição da Secretaria-Geral do Conselho de Segurança Nacional e hoje é da SAE, que exerce as funções da Secretaria do Conselho de Defesa Nacional. A SAE também faz estudos diversos para o Conselho de Defesa Nacional. Assim, quando houve a decisão de se implementar o Sistema de Vigilância da Amazônia, o órgão que conduziu os entendimentos a respeito do que era o Sivam aos ministros membros do Conselho e aos presidentes das duas casas do Congresso foi a SAE. A SAE também supervisiona alguns projetos que eram da alçada da Secretaria-Geral do Conselho de Segurança Nacional. O Calha Norte, por exemplo, é um projeto supervisionado pela SAE, embora não executado por ela. Complementarmente, cabe à SAE, como sucessora (limitada) do SNI, o exercício da atividade de inteligência civil, voltada para a defesa da sociedade e do Estado democrático e suas instituições.

Uma das atribuições anteriores da Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional era a formulação do Conceito Estratégico Nacional e a definição dos Objetivos Nacionais Permanentes. Ainda que inercialmente, a SAE herdou essa atribuição?

A formulação de um documento que substitua o Conceito Estratégico Nacional é uma atribuição da SAE. Isso ainda não foi feito, mas terá de ser. Quanto à definição dos Objetivos Nacionais Permanentes, hoje em dia se entende, e trata-se de um entendimento bastante disseminado, que eles estão expressos na Constituição, não necessitando de uma formulação explícita. De fato: os objetivos que são permanentes, quando não expressos de uma maneira clara, podem ser deduzidos da Constituição Federal. Evidentemente que o documento que vier a substituir o Conceito Estratégico Nacional, não sei se com esse ou com outro nome, poderá extrair da Constituição esses objetivos, mas os Objetivos Nacionais Permanentes não

(3) A Secretaria de Assuntos Estratégicos é sucessora da antiga Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional, que passou a chamar-se, no governo Sarney, Secretaria de Assessoramento em Defesa Nacional (Saden). Essas atribuições eram: "I - Estabelecer os Objetivos Nacionais Permanentes e as bases para a política nacional; II - Estabelecer o Conceito Estratégico Nacional, bem como as diretrizes dele decorrentes; III - Estudar os assuntos relacionados com a política de Segurança Nacional no âmbito interno e externo, em especial os referentes à segurança interna; segurança externa, tratados, acordos e convênios com entidades e países estrangeiros; programas de cooperação internacional; e política de desenvolvimento nacional". O Conceito Estratégico Nacional seria o documento que expressaria a Concepção Estratégica Nacional, definida, segundo o Manual Básico da Escola Superior de Guerra, "a opção da trajetória que a ação política deve seguir para que se concretizem os ONA [Objetivos Nacionais Atuais] estabelecidos na Fase Política do Método" (Escola Superior de Guerra. *Manual Básico*. Rio de Janeiro: ESC, 1988, p. 307). Objetivos Nacionais Permanentes "são Objetivos que, por representarem interesses e aspirações vitais, subsistem por longo tempo" (idem, *ibidem*, p. 34). Objetivos Nacionais Atuais, por sua vez, são "Objetivos que, em determinada conjuntura e considerada a capacidade do Poder Nacional, expressam etapas intermediárias com vistas a conquistar e manter os Objetivos Nacionais Permanentes" (idem, *ibidem*, p. 35). As atribuições do antigo Conselho de Segurança Nacional eram exercidas na prática por sua Secretaria Geral, pois o Conselho mesmo se reuniu pouquíssimas vezes e, quando o fez, foi para referendar decisões já tomadas no âmbito do Executivo.

mais são considerados como algo que o Conselho de Segurança Nacional deva estabelecer.

Por que razão está havendo esse atraso na discussão do novo Conceito Estratégico Nacional ou de um documento equivalente?

Trata-se de razão meramente de ordem administrativa e burocrática. Os problemas são muitos e nós estamos ainda nos ajustando. O atraso é meramente burocrático.

O que se entende por "assuntos estratégicos" no âmbito da SAE?

Pode-se dar exemplos, pois o nome é mesmo um tanto vago, não tem limites precisos. Aproximadamente, os assuntos seriam aqueles que têm uma transcendência multidisciplinar e consequências de maior prazo. Um exemplo muito citado é o próprio projeto Calha Norte, que seria um projeto estratégico. O Sistema de Vigilância da Amazônia é classificado como um projeto estratégico. A atividade de Inteligência é uma atividade estratégica (e não um projeto estratégico). A área nuclear é uma área estratégica, tanto assim que a política nuclear e a pesquisa e desenvolvimento de tecnologia nuclear são atribuições da Comissão Nacional de Energia Nuclear, que é vinculada à SAE. Isso são exemplos de projetos, programas, atividades ou áreas estratégicas. A lei nº 8.490, que reorganiza a estrutura administrativa da União, diz que cabe à SAE estudar, elaborar e coordenar planos e projetos de natureza estratégica, assim considerados pelo presidente da República, que tem o poder legal de atribuir à SAE um projeto que ele considere estratégico sob a sua perspectiva e a perspectiva do seu governo.

De acordo com esse conceito que o senhor está expondo, a idéia de "estratégia" fica esvaziada de sua dimensão conflitiva.

Todos esses projetos têm uma conotação, primeiro, multidisciplinar, segundo, de consequências não imediatas. Acho que os seus efeitos são de maior prazo. Não há necessariamente conflitos evidentes e imediatos.

O que mudou efetivamente na estrutura interna da Secretaria de Assuntos Estratégicos e na sua composição, desde que ela se transformou de Secretaria-Geral do Conselho de Segurança Nacional para Saden, Secretaria de Assessoramento da Defesa Nacional, e de quando ela se transformou em Secretaria de Assuntos Estratégicos do governo Collor e do governo Itamar, e quais as linhas de continuidade?

Com o passar dos anos, já no governo do presidente Sarney, a Secretaria-Geral do Conselho de Segurança Nacional, transformada em Saden em 1988, foi tendo reduzida a amplitude de sua atuação de modo que se limitasse, efetivamente, àquilo que poderia ser associado a questões de defesa nacional, conforme previsto na Constituição. Um exemplo um tanto estranho, mas com base constitucional, foi, ainda no governo Sarney, o projeto Nossa Natureza, porque a Constituição define que cabe ao Conselho

de Defesa Nacional estudar e propor critérios de uso das terras da faixa de fronteiras e daquelas que dizem respeito à exploração de recursos naturais. Na mudança para SAE, essa parte praticamente não mudou. A Secretaria de Assuntos Estratégicos tem uma Subsecretaria de Programas e Projetos Estratégicos, que praticamente lida com os mesmos problemas com os quais a Saden lidava. Nesse sentido, houve uma redefinição estrutural, mas não houve uma mudança na natureza da atividade. A Subsecretaria de Programas e Projetos Estratégicos executa parte daquilo que a Secretaria-Geral do Conselho de Segurança Nacional executava. Há uma outra Subsecretaria, que faz outra parte daquilo que a Saden e anteriormente a Secretaria-Geral do Conselho de Segurança Nacional faziam, que é o planejamento estratégico. No fundo, a SAE é quase uma consequência da união do espólio da Secretaria-Geral do Conselho de Defesa com o espólio do SNI. O espólio do SNI é hoje a Subsecretaria de Inteligência, que foi bastante sacrificada pela mudança organizacional de 1990. Nós estamos tentando recompô-la, dando-lhe capacidade de gerar e analisar informações, dentro de regras coerentes com a nova situação política do Brasil, que é um Estado que funciona democraticamente.

Eu gostaria de explorar um pouco mais essa questão do Departamento de Inteligência da Secretaria. Alfred Stepan⁴, num texto clássico, considera que um dos problemas da organização do Serviço de Inteligência no Brasil era, entre outros, a fusão das atividades de Inteligência Externa com Inteligência Interna (também a de Contra-Inteligência, mas principalmente essas duas). Ora, não houve nenhuma modificação nessa organização do Departamento de Inteligência da SAE. Eu gostaria de saber o que o senhor acha disso, quer dizer, se o senhor tem uma posição contrária à de Stepan, se isso não é tão relevante assim, ou se o senhor vê alguma relevância, e se há projetos, tentativas ou interesse de modificar essa organização, por exemplo, subordinar as duas atividades a autoridades diferentes.

A perspectiva de Stepan é típica de potência mundial. No caso brasileiro, não há necessidade dessa separação, porque a nossa atividade de Inteligência Externa é muito menos importante do que aquela conduzida pela CIA, que é a Inteligência Externa de uma potência global. A participação da Inteligência Externa na nossa Subsecretaria de Inteligência se caracteriza fundamentalmente por análises decorrentes de exame de informações ostensivas e por um relacionamento com órgãos similares no que concerne aos delitos transnacionais, como terrorismo ou narcotráfico. Não se justifica, portanto, uma organização à parte. Em termos externos, o que é mais importante para nós é a Contra-Inteligência, ou seja, que dentro do Brasil nós tenhamos capacidade controlar a atividade de Inteligência exercida por órgãos externos. Resumindo a minha resposta, o que eu quero dizer é o seguinte: a visão de Stepan é correta para uma potência global; não é necessariamente correta para nós, pois temos responsabilidades externas muito menores e, portanto, não precisamos de estruturas

(4) Stepan, Alfred. *Os militares: da abertura à Nova República*. São Paulo: Paz e Terra, 1986, pp. 26-39.

diferenciadas, ou pelo menos grandes. Não quero dizer que não se pudesse separar as duas atividades. O que eu quero afirmar é que não é preciso separar.

Com relação aos assuntos de Inteligência estritamente militar, como é o relacionamento desse departamento, ou da Subsecretaria de Inteligência da Secretaria de Assuntos Estratégicos, com os Centros de Informação das três forças?

É muito tranquilo, natural. Se o nosso pessoal obtém alguma informação que seja de interesse militar, é repassada aos órgãos competentes. Assuntos que digam respeito ao preparo e emprego das Forças Armadas são simplesmente repassados às organizações militares.

Ainda com relação ao Departamento de Inteligência. O ex-secretário Eliezer Batista, logo que assumiu a Secretaria, manifestou expressamente sua intenção de desvincular o Departamento de Inteligência da Secretaria. Há alguma tentativa semelhante hoje ou essa proposta teria causado algum mal-estar internamente à SAE?

Nenhum mal-estar. O projeto de lei que incluía essa separação também mexia na questão nuclear, mexia em outras organizações que não tinham nada a ver com a SAE, e foi retirado pelo governo do presidente Itamar assim que este assumiu. A SAE, por orientação do presidente, estudou essa questão e preparou um anteprojeto de lei que, se vier a ser submetido ao Congresso e for aprovado, separa a Subsecretaria de Inteligência. Eu entendo isso como uma evolução possível, mas entendo também que ela não é necessária no curto prazo. O mais importante é fazer voltar a funcionar com eficiência a atividade de inteligência dentro das regras do regime democrático. Creio que o momento político não aconselha acrescentar ao caldeirão em que nós estamos vivendo a discussão de um projeto que não se impõe como uma necessidade premente.

Logo no começo do governo do presidente Collor, saíram algumas notícias de que o Departamento de Inteligência havia sofrido uma perda muito grande de quadros militares. Hoje esse departamento é composto basicamente, em sua maioria, por civis, ou ainda por militares, na execução normal de suas atividades?

Não sei dizer a proporção nem ela me preocupa. O que ocorreu no início do governo do presidente Collor é que aqueles funcionários que não tinham estabilidade por mandamento constitucional foram em sua maioria demitidos, tanto na SAE quanto em outros lugares. Isso levou à demissão de muitos militares da reserva contratados e também de civis. Acho, pelo pessoal com que eu tenho tido contato, que hoje o pessoal é predominantemente civil. O subsecretário é civil.

Já no governo Collor, houve dois casos de espionagem interna que repercutiram na imprensa, embora de maneira razoavelmente discreta.

Um em Rio Maria, onde houve um agente da Secretaria de Assuntos Estratégicos presente numa reunião da Caritas, causando mal-estar; e o outro foi o caso dos grampos telefônicos na Telesp⁵. Esses casos foram investigados?

Eu confesso que não estou a par de nenhum dos dois. Aliás, Rio Maria eu não sei onde é.

Rio Maria é uma cidade no Bico do Papagaio, famosa por conflitos de terra.

Não conheço o assunto. Quanto aos grampos, eu duvido que tenham sido realizados por pessoal da SAE.

Bom, eu poderia depois mostrar para o senhor, eu trouxe transcrições das reportagens.

Essas coisas são muito controversas. Eu, francamente, se li naquela ocasião, não me interessei.

Almirante, existe na SAE um Centro para Segurança de Comunicações, que tem a responsabilidade pelas regras e pela classificação de documentos, e pela transmissão segura de determinadas informações. A questão do sigilo, para nós, no Brasil, é uma questão um pouco complexa. Eu não consigo nunca encontrar os critérios claros para classificação de documentos. Eu gostaria de saber do senhor quais são atualmente os critérios para classificação de documentos, para estabelecimento de segredo, e, se há, qual o tempo de caducidade desse sigilo, da confidencialidade dos documentos, de maneira que eles possam se tornar públicos, seja no prazo de trinta ou cinquenta anos, ou qualquer coisa equivalente. Existe alguma definição desse tipo?

A definição do nível de sigilo dos documentos é uma responsabilidade do emissor do documento, da autoridade emitente ou de seus superiores. Suponha, por exemplo, que o emissor seja uma Subsecretaria da SAE. Eu tenho o direito de modificar o grau de sigilo. Não existe uma regra clara a respeito, até porque seria quase impossível estabelecer isso dada a multiplicidade de assuntos. O sigilo então fica a critério do emitente do documento. A respeito do tempo para caducar o sigilo, eu, francamente, ouço dizer, mas nunca me aprofundi no assunto, que há uma lei que define que em trinta anos os arquivos são abertos. Mas não tenho certeza se são mesmo trinta anos. Acho, mesmo, que se eu tivesse que estudar isso, o que eu nunca precisei fazer, eu não poderia definir uma mesma regra para várias naturezas de assuntos. Uma coisa, por exemplo, é política externa. Outra coisa são as razões pelas quais se decidiu fazer a represa de Itaipu onde ela está, ou coisa parecida. Na minha opinião não pode haver uma única regra.

O senhor se referiu ao Centro de Pesquisas de Segurança das Comunicações. A lei nº 8.490, a reforma administrativa do início do governo do presidente Itamar, passou esse centro ao Ministério da Ciência

(5) "Secreto". O Estado de S. Paulo, 27.6.1993; "Deputado quer apuração de grampo na Telesp". Jornal do Brasil, 4.11.1991; "Telesp desconhece ligação de coronéis com SAE". Folha de S. Paulo, 23.11.1991.

e Tecnologia, com fundamento no fato de que sua atividade principal é o desenvolvimento tecnológico de criptografia, equipamentos que embaralham a voz, que dão segurança ao uso de telefone, de fax etc. A transferência foi feita por emenda no Congresso, não constava da medida provisória do presidente Itamar. O Ministério da Ciência e Tecnologia se julgou órgão inadequado para gerir um Centro de Desenvolvimento Tecnológico que trata de assuntos sigilosos. Por isso o Centro vem sendo supervisionado pela SAE, por um convênio entre ministérios. Mas os recursos orçamentários são alocados ao Ministério da Ciência e Tecnologia.

Os recursos humanos são ligados à SAE?

Os recursos humanos são ligados ao Ministério da Ciência e Tecnologia. É nossa intenção usar o primeiro projeto de lei, ou medida provisória, que vier a mexer com a organização administrativa federal, para fazer retornar o Centro à SAE. Na ocasião, nós detectamos muito tarde a mudança. Ainda procuramos, através de visitas a alguns deputados, à presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia da época, deputada Irma Passoni, e a outras pessoas, tentar convencer de que não alterassem a situação, mas nossa argumentação foi levada a eles muito tarde. E por isso o Centro está hoje no Ministério da Ciência e Tecnologia, supervisionado pela SAE.

Ainda quanto ao sigilo, almirante, é estranho para nós, que procuramos estudar os assuntos militares no Brasil, que sejam documentos reservados a Doutrina Militar Brasileira e, digamos, os equivalentes aos Livro Verde, Livro Branco e Livro Azul das Forças Armadas americanas. Quer dizer, para nós é mais fácil conhecer as forças americanas do que as forças brasileiras. Há algum interesse da Secretaria, ou dos ministérios, em tornar esses documentos mais acessíveis, pelo menos aos estudiosos do assunto, de maneira que tenhamos melhores condições de estudar esses assuntos aqui no Brasil?

A Secretaria não se ocupa dessa questão. Isso é mais um encargo do Estado-Maior das Forças Armadas. Há documentos que efetivamente não justificam o grau de sigilo e outros que justificam. A Doutrina Militar Brasileira, eu imagino que ela seja reservada, nunca me preocupei com isso. O grau de sigilo reservado é um grau de sigilo muito flexível. Ele evita, ou pretende evitar, por exemplo, transcrições em documentos ostensivos. Mas não veda que se tenha acesso a ele. Mas, francamente, eu não mexo nisso, e nunca me preocupei com isso.

A secretaria do senhor toca pelo menos dois programas intimamente ligados ao meio ambiente. Um deles é o programa Nossa Natureza, que o senhor já mencionou, e o outro é o zoneamento Econômico-Ecológico da Amazônia. Eu gostaria que o senhor fizesse, primeiro, uma síntese dos objetivos básicos e estado atual do programa Nossa Natureza, de um lado,

e depois o mesmo procedimento para o Zoneamento Econômico-Ecológico. O programa Nossa Natureza se transformou naturalmente em uma série de programas, que são conduzidos principalmente pelo Ministério do Meio Ambiente. Tocou à Secretaria de Assuntos Estratégicos a incumbência de levar avante um dos projetos decorrentes do Nossa Natureza, que é o zoneamento ecológico-econômico. O reconhecimento da conveniência de se fazer o zoneamento ecológico-econômico data ainda do governo do presidente Sarney. Ele é uma criação do projeto Nossa Natureza. Foi atribuído à SAE porque é um projeto claramente multidisciplinar e se encaixa na vocação multidisciplinar da Secretaria. E ele é um assunto estratégico, na medida em que visa a induzir regras para o uso do território nacional. Regras flexíveis, regras nem sempre mandatórias, mas regras pelo menos sinalizadoras do que se deve fazer com o território nacional, sob a perspectiva ecológica.

Uma espécie de plano diretor.

Um plano diretor flexível, sinalizador. Há um decreto que cria uma comissão coordenadora do zoneamento ecológico-econômico. Esse grupo definiu como prioritária a Amazônia porque é uma região sensível ao mundo e sensível aos brasileiros, uma região controvertida, na medida em que existem divergências quanto ao seu uso. Por isso era necessário começar pela Amazônia. O zoneamento ecológico-econômico compreende uma primeira que abrange vários estados e por isso é, constitucionalmente, um encargo da União. Essa primeira fase é o diagnóstico ambiental, é um levantamento da situação. Para a Amazônia isto está terminado. O órgão que conduziu o processo, sob responsabilidade e supervisão da SAE, foi o IBGE. Esse instituto, que é portador de uma imensa quantidade de dados, complementou suas informações com a ajuda de muitos outros órgãos: CPRM (Companhia de Pesquisa em Recursos Minerais) quanto aos recursos minerais, Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária) na questão agropecuária; INPA (Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia), Museu Paraense Emílio Goeldi, de Belém, secretarias de Meio Ambiente dos vários estados etc. O IBGE conectou as informações e montou um diagnóstico ambiental, que estará disponível aos governos dos estados, ao Ministério do Meio Ambiente, que é o grande cliente, e a quem mais delas precisar. Não se trata exatamente de um documento, mas de um conjunto complexo de informações. Está sendo posto em disquete, para poder ser reproduzido e utilizado livremente de modo a ser útil para disciplinar o uso da Amazônia. O diagnóstico ambiental do Nordeste foi iniciado há uns seis meses; é a segunda prioridade.

A fase subsequente do zoneamento ecológico-econômico é o levantamento local de áreas críticas, que são definidas pela comissão interministerial já citada juntamente com os governos estaduais. Cabe aos estados produzir este levantamento detalhado, que orientará o uso adequado do solo. A União está repassando recursos aos estados, que devem preparar-se com equipamentos e recursos humanos. O estado do Amazonas e o Pará

estão adiantados, quase em condições de dar a partida. A SAE está proporcionando também o aparelhamento de outros estados fora da Amazônia pois chegamos à conclusão que em alguns estados não se justifica fazer um diagnóstico ambiental, porque já existe. Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo... Nesses estados mais desenvolvidos, já não há muito sentido em fazer esse diagnóstico ambiental como há para a Amazônia. Como os nossos orçamentos estão sufocantes, evidentemente o aporte de recursos é pequeno e tudo anda lentamente.

Em suma: diagnóstico primário terminado na Amazônia, diagnóstico do Nordeste em execução, mais um ano de trabalho, preparação para a etapa do detalhamento bastante adiantada no Amazonas e Pará; não tão adiantada mas já deslanchada nos outros estados da Amazônia e em alguns outros estados brasileiros.

A Sudam e a Sudene não têm nenhum papel na execução dessas atividades e na realização do Zoneamento?

No diagnóstico ambiental, a Sudam foi órgão fornecedor de dados, pois dispõe de um banco de dados muito bom sobre a Amazônia e ajudou bastante. A apresentação do relatório do diagnóstico ambiental da Amazônia foi no auditório da Sudam, em Belém. Imagino, e aí é uma ilação, que o mesmo esteja ocorrendo com a Sudene.

Uma questão agora mais sensível e também afeita à SAE é a do projeto Calha Norte, que o senhor já mencionou. O projeto Calha Norte é um projeto bastante polêmico no âmbito da sociedade brasileira, principalmente naquilo que se refere à questão indígena. Em parte, talvez, por uma desconfiança do modo como foi preparado e começou-se a implementar o projeto, de um lado, e, de outro, pelo histórico do envolvimento da antiga Secretaria-Geral do Conselho de Segurança Nacional na questão indígena. Eu gostaria que o senhor descrevesse o projeto Calha Norte em linhas gerais, bastante sucintas, quer dizer, quais são os seus objetivos e qual a avaliação do senhor desse projeto e das críticas feitas a ele pelos indigenistas.

Começemos pelo fim. As críticas demonstram preconceito e ignorância. Faço questão de frisar isso. O projeto Calha Norte visa a implementar a presença do Estado na região da fronteira Norte do Brasil. Ele foi concebido como um projeto em que havia participação militar, mas decididamente não era um projeto militar. Tanto assim que os postos de fronteira que foram construídos dispõem de espaço para atendimento de saúde e escolar, para funcionamento da Polícia federal, da Funai e do Ibama e, evidentemente, para um pelotão do Exército, com pista de pouso. Todo esse complexo é apoiado por unidades de aviação, porque não há outra forma de apoiá-las, a não ser algumas a que se tem acesso por rio. Construiu-se um hospital em Tabatinga, que hoje atende a toda a população local. Foi-me dito, numa visita que fiz recentemente, que 12% do atendimento do hospital diz respeito à população militar e seus dependentes e 88% a pessoas da cidade. Ele atende muito as populações indígenas da área, já integradas.

Isto era o projeto Calha Norte: promover a presença do Estado, de modo a facilitar o controle sobre a Amazônia, melhorar o relacionamento com os países vizinhos, adensar os marcos fronteiriços, apoiar as populações indígenas. Durante o governo do presidente Sarney houve um satisfatório aporte de recursos. Construíram-se pistas de pouso para a Força Aérea, construíram-se pequenas unidades para o Exército, todas elas com "pavilhões de terceiros", para instalar outros órgãos, como dito acima. Com o passar do tempo, construíram-se, além do hospital de Tabatinga, dois hospitais na região da Cabeça do Cachorro⁶, São Gabriel da Cachoeira e Iauaretê, quase prontos e ainda não usados.

(6) Região fronteiriça entre o Brasil (estado do Amazonas) e a Colômbia.

Passemos à questão indígena. O índio, na região da fronteira Norte, está melhor cuidado exatamente onde existe unidade do Exército. Onde há um pequeno pelotão, com um tenente-médico, um tenente-dentista, esposas de oficiais e sargentos que são capazes de lecionar, é onde o índio está melhor cuidado em toda região da selva Norte. Eles se aproximam, convivem com o pessoal dessas unidades e buscam usufruir o apoio que possam tirar. O principal apoio, sem dúvida alguma, é o de saúde. O Exército consegue, por meio da sua disciplina, lotar, nesses lugares longínquos, médicos, enfermeiros e dentistas. Enfim, o apoio às populações locais, o que inclui as populações indígenas, é dado pelas Unidades do Calha Norte. Volto ao início da minha resposta: as acusações, as suspeitas do Calha Norte em relação às consequências supostamente danosas em face das populações indígenas, decorrem da ignorância do que se passa, ou do preconceito. Ou de uma mistura de ambos. Se formos perguntar aos indígenas se eles estão insatisfeitos com aquela presença, a resposta será negativa. A questão indígena tem conotações de complexidade que transcendem o tema desta nossa conversa. Pessoalmente, acho que a questão demarcatória não pode ser regulada apenas por parâmetros antropológicos. Nós temos de levar em consideração o grau de aculturação e de integração. O índio que está aculturado, integrado, que planta como pequeno produtor rural e vende na cidade próxima, não pode ter o mesmo parâmetro de demarcação que o índio neolítico. Evidente que o índio pequeno produtor rural que merece cuidados, porque é frágil, porque a sua cultura ainda é atrasada, porque a sua técnica agrícola certamente deixa muito a desejar, mas de qualquer maneira está integrado. E outra coisa é o índio que não está integrado, que permanece neolítico e que deseja assim permanecer. O parâmetro antropológico é apenas um dos parâmetros a ser levado em consideração.

Mas em que medida ele é levado em consideração, dentro do âmbito do projeto?

Os índios estão muito felizes onde existem unidades do Calha Norte. Não me parece que existam problemas na região. Existem problemas confrontando o Calha Norte com índios, apenas em Brasília, São Paulo, Rio de Janeiro e no exterior Primeiro Mundo, não na Amazônia. Lá tudo corre bem.

Almirante, de que maneira a demarcação da área yanomami impactou o projeto? Houve uma resistência muito grande à demarcação da área yanomami. O decreto que mandava demarcá-la deveria ter sido publicado juntamente com outros decretos de demarcação, o que não aconteceu: o da área yanomami só saiu mais tarde, por resistência, segundo a imprensa noticiou na época, de setores das Forças Armadas. De que maneira essa demarcação da área yanomami impactou sobre o projeto Calha Norte?

As resistências nada têm a ver com o projeto Calha Norte. Se não existisse o projeto Calha Norte, o problema seria idêntico. O que houve, realmente, foi uma forte dúvida quanto à necessidade de demarcação de uma área discutivelmente tão grande na fronteira Norte do Brasil. Mas isso, volto a insistir, não tem relação com o projeto Calha Norte em si. O que se desejava na ocasião é que, primeiro, se voltasse a estudar a questão da faixa contínua. O presidente Sarney havia definido demarcações em nove áreas e a continuidade era um assunto muito controvertido, como controvertida era a necessidade de tantos milhões de hectares para não se sabe se 5, 6, 7, 8 ou 9 mil índios⁷. Mas o que realmente se desejava, em termos de Forças Armadas, é que fosse bem definida no ato da demarcação a questão do exercício dos atributos da soberania nacional. Ou seja, demarca-se a terra, mas nada pode impedir que existam atividades de soberania nacional, sejam elas de defesa, de segurança pública, aplicação da justiça etc. Isso é o que se desejava que ficasse bem claro na demarcação. Havia dúvidas quanto à extensão e continuidade, mas a resistência a que o senhor se referiu, não era do Calha Norte, em si.

(7) Em entrevista a *IstoÉ*, o ex-superintendente da Funai, Sidney Possuelo, citando dados do último censo realizado pela Fundação, afirma que o número total dos yanomami no Brasil é de 9.919 indivíduos.

Saindo um pouco da SAE, almirante, e entrando em alguns problemas de ordem mais geral, estratégicos no Brasil. Para o senhor, quais seriam os principais teatros estratégicos do Brasil hoje, quer dizer, as áreas de atuação das Forças Armadas hoje, no Brasil, que o senhor consideraria prioritárias, ao menos como perspectivas futuras?

A Amazônia e o mar.

O mar, no caso, o Atlântico Sul?

O Atlântico Sul.

Quanto à questão da Amazônia, por que o senhor justifica, do ponto de vista estritamente militar, essa prioridade da Amazônia?

Porque é uma região que despertou a sensibilidade mundial. Existem conceitos corretos, e outros incorretos, a respeito da Amazônia. Os incorretos têm tido uma força muito grande, sobretudo através das ONGs e de órgãos oficiais ou financeiros do Primeiro Mundo. A tese da Amazônia pulmão do mundo ou aquela segundo a qual o suposto ritmo da devastação em vinte anos transformaria a Amazônia num deserto são comprovadamente falsas. Pelo contrário, a devastação tem decrescido bastante. De qualquer forma, o Brasil precisa demonstrar ao mundo que também nós nos

preocupamos com a Amazônia e temos capacidade de controlá-la. Em demonstrando essa capacidade, nós neutralizamos veleidades inaceitáveis de controle internacional. Eu não acredito, pelo menos no horizonte temporal previsível, em interferências militares na Amazônia. Existem interferências através de mecanismos financeiros e econômicos. Mas em interferência militar eu não acredito, acho que isso não é provável. De qualquer maneira, a nossa presença na Amazônia, regulada, com cuidados, faz com amortecem as preocupações no restante do mundo. Considero a Amazônia um problema de segurança nacional que abrange os militares, mas não é essencialmente militar.

A idéia de internacionalização da Amazônia, então, não faz sentido para o senhor?

Não. Volto a dizer, no horizonte de tempo que a gente tem o direito de imaginar, eu não vejo esta hipótese.

Quanto ao Atlântico Sul, num texto de 1984⁸ o senhor se referia aos conflitos no Atlântico Sul inserindo-os no quadro do conflito Leste-Oeste. O que mudou e como o senhor descreveria o cenário de conflitos possíveis e quais as principais questões que poderiam exigir o envolvimento militar brasileiro, ou de outros países, no âmbito do Atlântico Sul?

Com o fim da Guerra Fria, esse cenário mudou. Eu acho que prevalecem ainda hoje os problemas relacionados com o uso e exploração dos recursos naturais do oceano. É uma obrigação do Brasil o controle de seu mar patrimonial, sua zona econômica exclusiva, porque os recursos são brasileiros. Mas o Brasil não pode se omitir no restante do Atlântico Sul. Nós temos uma dimensão nacional que não nos permite a omissão. Hoje a preocupação principal no mar é, de certa forma, a de regular e controlar os recursos do mar. Há um aspecto adicional, sobre o qual eu tenho escrito: no complexo mundo em que nós estamos vivendo, é crescente a tendência ao uso de mandatos internacionais para promover a estabilidade, a ordem, o resguardo da vida humana, para acabar com morticínios. Eu acho que nós devemos nos preparar, militarmente, para cooperarmos com a ONU, no exercício de mandatos internacionais de preservação da estabilidade, da ordem e da salvaguarda da vida humana. Em termos navais, deveríamos estar preparados para apoiar a ONU nessas atividades, no Atlântico Sul.

A importância do Atlântico Sul para o fluxo de petróleo e para o comércio exterior de vários países não definiria um problema concreto para a atuação militar do Brasil?

Com o fim da Guerra Fria eu acho que o problema da segurança desse tráfego decresceu bastante, isto é, as ameaças hipotéticas a ele caíram de nível.

(8) Flores, Mario Cesar. "A importância estratégica do Atlântico Sul nas relações internacionais". *Política e Estratégia*, 2 (1), janeiro-março de 1984, pp. 95-106.

Mesmo com a possível instabilidade de alguns países da costa africana, no âmbito do Atlântico Sul, ou, ainda, a pendência anglo-argentina com relação à questão das Falklands-Malvinas?

Os países africanos são realmente países ainda um tanto incertos, mas sem capacidade de atuar no mar. Inclusive a África do Sul: sua estrutura militar é essencialmente interna, devido ao problema do *apartheid*, ao que tudo indica, felizmente sendo superado. Mas a sua Marinha é muito pequena. Muito pequena. Quanto ao conflito Inglaterra/Argentina, não quero dizer que ele esteja absolutamente acertado, mas posso dizer que ele não afetará a segurança do tráfego marítimo no Atlântico Sul. Ambos os países têm interesse em que isso não aconteça.

A questão do Atlântico Sul nos leva diretamente a um dos programas prioritários da Marinha, hoje, que é o submarino nuclear. Por que a prioridade para a arma submarina, e por que necessariamente com propulsão nuclear?

O submarino hoje é a arma marítima de maior eficiência, por sua capacidade de atuação discreta. A propulsão nuclear incrementa todas as qualidades do submarino. Ela permite que o submarino navegue permanentemente embaixo d'água, a maiores profundidades, não precisa da atmosfera para a sua propulsão e aumenta a discrição do submarino. E, muito importante: como a propulsão nuclear permite grande velocidade e proporciona um imenso raio de ação, ela faz com que um menor número de submarinos exerça sua tarefa em área muito extensa, o que não seria viável para submarinos de propulsão convencional; onde precisaríamos de doze submarinos convencionais, poderíamos ter apenas três submarinos nucleares. A incerteza de onde estariam três submarinos nucleares seria tão grande quanto a incerteza de onde estariam doze convencionais. Então, há um incremento à eficiência da arma submarina, dado pela propulsão nuclear. Por isso se deseja a propulsão nuclear.

Há alguns autores⁹ que chamam a atenção para o fato de que, provavelmente, o submarino diesel-elétrico (propulsão convencional) seria inclusive mais discreto em águas rasas, além de ser menor, tendo portanto também maior capacidade de manobra em águas rasas. Tendo isso em vista, a opção pelo submarino nuclear não poderia parecer uma opção provocativa? Não se manifestariam aí supostas intenções de uma atuação militar de perfil mais alto do Brasil no Atlântico Sul, já que as tarefas da Marinha brasileira poderiam, segundo alguns autores, ser perfeitamente desempenhadas por um submarino diesel-elétrico?

O submarino nuclear não dispensará o submarino convencional. O submarino convencional de pequena dimensão, como o nosso submarino Tupi, de projeto alemão, é muito eficiente em águas mais próximas. Não podem ser muito rasas, pois águas muito rasas restringem a manobrabilidade e põe em risco a unidade. Mas sem dúvida alguma ele é bastante útil nas proximidades da costa. Mas o submarino nuclear projeta a capacidade

(9) Miller, David. "The silent menace: diesel-electric submarines in 1993". *International Defense Review*, 8, 1993, pp. 613-7.

defensiva do Brasil para distâncias bem maiores. Vamos dar um exemplo: em 1982 a Inglaterra projetava o seu poder a partir da Europa, com uma escala em Ascensão. Se a Argentina dispusesse de dois ou três submarinos de propulsão nuclear, o problema inglês se complicaria de tal forma que, francamente, não sei se a Inglaterra teria insistido, se não teria preferido uma solução negociada. Esses submarinos teriam tido condições de hostilizar o vetor de projeção de poder em todo o Atlântico Sul, até ao norte de Ascensão. Vê-se, assim, que a capacidade defensiva no mar é muito acrescida pela propulsão naval nuclear. Quanto à idéia de que a propulsão nuclear confere ao submarino uma conotação menos defensiva e mais ofensiva, isto não é bem assim. O que define ser qualquer ofensiva ou defensiva é a intenção de usá-la e não ela em si. Ela é neutra. Um carro de combate pode ser usado defensiva ou ofensivamente, um submarino também.

Algo que se discute muito com relação ao submarino nuclear são os custos. O custo anual de manutenção costuma ser cinco vezes maior para o submarino nuclear do que para um submarino convencional; a tripulação exigida costuma ser de quatro a quatro vezes e meia maior, e trata-se de uma tripulação que tem que ser altamente especializada. Juntando-se estes custos com os custos iniciais da construção, da pesquisa, ou da aquisição do submarino, e com os custos das instalações de portos, o submarino nuclear não seria um projeto excessivamente caro para os poucos recursos disponíveis para as Forças Armadas brasileiras?

Se fosse tocado com alta velocidade, ele seria um projeto inviável. Mas ele é um projeto que está sendo conduzido com moderação. E o que está sendo feito, o tem sido feito até agora, tem reflexos que transcendem a propulsão naval nuclear. Até agora o que se fez foi desenvolvimento de tecnologia nuclear, que é útil para a propulsão naval nuclear, mas é útil também para a geração de energia elétrica. Quem dominar o ciclo do combustível, como nós já dominamos, e dominar a técnica de reatores, poderá construir instalações para geração de energia elétrica. Até agora, portanto, o que se gastou neste projeto conduzido pela Marinha com o Ipen (Instituto de Pesquisas Nucleares) é de utilização absolutamente dual. O custo de um navio em si, se ficássemos num só, seria absurdamente ilógico. É preciso diluir o desenvolvimento num número razoável de unidades, que eu não sei quantas seriam. Quanto à questão da manutenção, hoje em dia esse custo tem sido definido mais pelo material eletrônico do que pela propulsão. O submarino se tornou uma arma cara pelo seu complexíssimo miolo eletrônico.

No caso estou me baseando nos dados de David Miller, de 1993.

Quem é David Miller?

É autor de alguns textos sobre submarinos¹⁰.

Então, provavelmente, como todos os autores das grandes potências,

(10) Além do texto citado na nota 9, ver também Miller, David & Jordan, John. *Modern submarine warfare*. Londres: Salamander, 1987.

ele é contra qualquer desenvolvimento dos países que não são grandes potências. Não conheço, mas essa é a regra geral de todos os que se dedicam a criticar desenvolvimentos tecnológicos nos países que não são grandes potências.

Almirante, quantas unidades seriam consideradas, de quantos submarinos nucleares o Brasil precisaria?

Não sei, primeiro vamos chegar a ele.

Com relação às instalações portuárias necessárias a esse submarino, onde seriam instaladas? O senhor tem alguma idéia? É muito arriscado, por exemplo, instalá-las junto ao Rio de Janeiro...

Terá de haver uma base fora do Rio de Janeiro, para abrigar os submarinos em operação e para fazer a manutenção nuclear. No mais, esses submarinos aportam e são abastecidos como um outro navio qualquer.

Eu preparei ainda mais três perguntas, eu estou vendo que o senhor está com o tempo realmente estourando. Eu gostaria de lê-las para o senhor e o senhor seleciona. A seguinte seria: quais as reformas que o senhor julga necessárias à organização das Forças Armadas brasileiras e qual o timing, o cronograma, adequado para estas reformas? A outra seria: os partidos políticos começam a incluir a discussão de problemas militares em seus programas de governo. Qual a posição do senhor e das demais lideranças militares quanto a esse envolvimento civil em questões militares? E enfim, se há algo que o senhor gostaria de acrescentar ao que foi perguntado ou que não tenha sido perguntado por mim.

A primeira, eu diria que não vou responder, não que eu não queira não, mas é que seria muito longa. Quanto à segunda, eu acho extremamente benéfico que as lideranças políticas civis passem a se preocupar com a questão militar, com a questão defesa nacional, que inclui o preparo militar. O que aconteceu no passado é que, por motivos históricos, eu diria que em parte com razão, mas nem sempre com razão, as lideranças políticas civis se afastaram da questão militar. Talvez até porque o Brasil, depois da Guerra do Paraguai, não esteve sob ameaça isolada. Nós nos envolvemos em conflitos, mas em cenários internacionais de muitos países. O fato de não termos tido nenhuma ameaça forte de país vizinho, nenhuma ameaça forte de país vizinho, o fato de que no período republicano as Forças Armadas, em particular o Exército, tiveram atuações de natureza política que afastaram as Forças de algumas lideranças civis políticas, tudo isso gerou uma certa apatia civil pelas questões militares. Isto não está certo. Defesa nacional é um problema político. Forças Armadas são instrumentos da defesa nacional, instrumentos importantes, eventualmente os principais instrumentos em circunstâncias de conflito, mas nunca são os únicos. Então eu acho que a preocupação dos políticos com algo que venha a se aproximar de uma política de defesa é importante. As dificuldades serão paulatinamente abrandadas, e daqui a dez

anos estaremos discutindo esse tipo de assunto com a maior naturalidade, sem nenhum problema.

Há algo que o senhor queira acrescentar?

Não, eu nem poderia.

Ministro, então, muito obrigado pela sua entrevista.

De nada.

Novos Estudos
CEBRAP
N.º 39, julho 1994
pp.115 -132
